

POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTADO E EDUCAÇÃO: INFLUÊNCIAS QUE ATINGEM E TRANSFORMAM O CAMPO EDUCACIONAL NO BRASIL.

Janini Paula da Silva¹

Janini_silva@hotmail.com

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA
Brasil

Kátia Silva Cunha²

kscunha@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA
Brasil

¹ Professora da Educação Básica. Graduada em Pedagogia pela UFPE. Especialista em Recursos Humanos para Educação pela FAFIRE. Mestra em Educação Contemporânea pela UFPE/CAA.

² Doutora em Educação. Professora do Núcleo de Formação Docente da UFPE/CAA, Pós-doutoranda sob supervisão de Alice Casimiro Lopes no Proped/UERJ.

RESUMO: O presente trabalho traz a baila da discussão questões imprescindíveis a análise e compreensão das políticas públicas. Nosso principal foco se desenvolve no trato das políticas educacionais, principalmente ao que tange seu processo de formulação, construção textual e tradução no campo da prática. Para tanto, percorremos o caminho da compreensão histórica do tema política, o qual tem sido utilizado por séculos para designar atividades humanas que se referem às coisas do Estado ou que tomem por referência o Estado. A partir de então, e considerando nossas reflexões acerca do tema política, discutiremos o que é o Estado e o papel desta Instituição na sociedade moderna, bem como suas transformações. Assim, intencionamos compreender as transformações vivenciadas pelo Estado dentro do sistema capitalista moderno e as ideologias que permeiam diferentes momentos históricos, influenciando suas relações com a sociedade e conseqüentemente com a educação. Utilizaremos como aporte analítico a perspectiva pós-estruturalista, fundamentando nosso estudo e reflexões a partir da Teoria do Discurso. Ao optarmos pelo percurso analítico-teórico da Teoria do Discurso na perspectiva de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, acreditamos e intencionamos estabelecer uma discussão teórica que compreenda as complexas características que se estabelecem nas relações entre Estado e Sociedade, relações essas, que dependendo da forma assumida pelo primeiro dentro do sistema capitalista, podem tornar-se ainda mais complexas.

ABSTRACT: This paper discusses questions vital to the analysis and understanding of public policies. Our main focus is within educational policies, especially with regards to their process of formulation, textual construction and translation in the field of practice. For such purposes, we follow along the path of historical comprehension of politics, which has been used for centuries to designate human activities that refer to phenomena pertinent to the State or that are referenced to the State. From this perspective, and considering our reflections about politics, we will discuss what is the State and its role in modern society, as well as its transformations. Therefore, we intend to understand the transformations on the State inside the modern capitalist system, and the ideologies that permeate different historical moments, influencing its relations with society, and consequently with education. Our theoretical and analytical background is the post-structuralist perspective, basing our study and reflections from Discourse Theory. When we opt for the theoretical-analytical path of Discourse Theory in the perspective of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, we believe and intend to establish a theoretical discussing that takes into account the complex characteristics that are established in the relations of State and society, which, depending on the role the State takes in the capitalist systems, can become even more complex.

Palavras-chave: Estado; Educação; Políticas públicas; Análise de políticas.

Keywords: State; Education; Public Policies; Policy analysis.

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca realizar algumas considerações a respeito de temas como: Política, Políticas Públicas e Estado, relacionando-os a partir de suas influências na constituição organizacional das relações sociais na sociedade. Por meio da Teoria do Discurso, perspectiva na qual fundamentamos nossas reflexões, a política é entendida como expressão de certa hegemonia e as práticas políticas como constituidoras de identidades que se estabelecem dentro de um terreno precário e vulnerável, uma vez que, o político liga-se a dimensão antagônica presente nas relações humanas e sociais e a política liga-se ao conjunto de práticas, discursos e instituições que intencionam estabelecer ordem a essas relações humanas, conforme podemos observar em Mouffe (2005).

Com o tema Políticas Públicas buscamos enfatizar essa categoria como um campo marcado pelas articulações políticas, pelas disputas nas arenas e pelos processos de negociação que envolvem forças políticas internas e externas, intencionando apoderar-se do discurso hegemônico. Contexto no qual podemos observar a grande influência exercida por forças externas/global na definição de políticas públicas educacionais, com intenção de moldar a sociedade ao desenvolvimento do capital. Por isso a maioria delas – das políticas públicas – são pensadas para ambientes uniformes, homogêneos, desconsiderando as diferenças e antagonismos presentes em todas as relações sociais e humanas.

Nesse contexto, o Estado enquanto espaço privilegiado de poder assume relações complexas com a sociedade, o que o transforma num campo disputado, e o domínio de sua hegemonia política pode ser percebido de acordo com o momento histórico e as formas que assume dentro do sistema capitalista. Porém, é considerando a impossibilidade de sutura do espaço social, que novos discursos de posicionamento contrário a hegemonia estabelecida, encontram espaço nas fissuras desse mesmo espaço social, para formação de novas articulações discursivas e fortalecimento das relações sociais.

Desta forma nosso trabalho se constitui numa discussão teórica que intenciona identificar e analisar as diferenças e divergências que são próprias do mundo globalizado. Para tanto se torna necessário entender que as sociedades possuem visões conflitantes, onde a importância do dissenso precisa ser levada em consideração e a dimensão antagônica presente

nas relações humanas e sociais serem percebidas como elemento constitutivo dos processos políticos que se desenvolvem no espaço social.

II. POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER COMO EXPRESSÃO DE CERTA HEGEMONIA

Ao tratar o tema política, inevitavelmente nos remetemos ao estudo do Poder nessa categoria. Poder é um dos fenômenos mais expressivos da vida social, onde indivíduos ou grupos sofrem de alguma forma a influência de outros indivíduos ou grupos e o campo onde essa relação ganha maior força é exatamente o das políticas.

Apoiando-se em Weber, Stoppino (1998) especifica três tipos de Poder: Poder Local, Poder Tradicional e Poder Carismático. Onde o primeiro caracteriza-se por se estabelecer em sociedades modernas, apoiando-se na crença de ordenamento jurídico. O segundo apóia-se na crença do caráter de um poder desde sempre existente, portanto tradicional. E o terceiro apóia-se na dedicação afetiva ao chefe ou líder.

Atualmente, o Poder é considerado como uma das variáveis fundamentais, em todos os setores de estudo da política. Isto se verifica, por exemplo, na análise das burocracias, e, mais genericamente, na análise das organizações, onde a estrutura hierárquica mais ou menos acentuada e as diversas formas que ela pode assumir colocam, naturalmente, em primeiro plano, o fenômeno do Poder (STOPPINO, 2007, p. 951).

O que caracteriza o poder político em relação a outros é sua exclusividade no uso da força em relação a grupos que atuam num determinado contexto social, resultado de um processo desenvolvido em toda sociedade organizada. E o Estado enquanto representante legal do poder político tem autoridade legítima no uso do poder coercitivo.

De acordo com Lúcia Bruno (2009), as relações entre os homens e a natureza são mediadas pelas instituições sociais. Essas instituições criadas pelos próprios homens em suas relações se desenvolvem numa forma externa e que não considera suas singularidades. Essas instituições trazem em si regras que fundamentam a constituição dos agrupamentos humanos, impedindo o retorno da sociedade ao estado natural.

As diferentes formas de organização social observadas na história da humanidade apresentam importantes variações na relação entre poder político e sociedade, derivando diferentes concepções de educação. Os constantes debates educacionais acerca da crise da escola nos remetem a antigos questionamentos sobre o que vem a ser poder político e suas

relações com a sociedade. As relações entre sociedade civil e Estado são movidas por tensões que refletem disputa hegemônica de poder.

Em nossas relações enquanto sujeitos sociais com outros sujeitos ou coletivos, afirmamos e reafirmamos nossa singularidade e nos reconhecemos enquanto diferentes. Mas quando compartilhamos certos aspectos, posicionamentos, pensamentos, ideologias, nos reconhecemos dentro de uma mesma coletividade e nesse sentido o discurso se apresenta como um elemento constituinte dessa relação. Um discurso que se apresenta não só na linguagem, mas também na prática, compartilhando expectativas e objetivos, onde os sujeitos e coletivos se reconhecem em suas particularidades, mas assumem-se enquanto sujeitos coletivos, porque encontram através de suas práticas, posicionamentos e ideologias, um ponto de congruência³ que estabelece um nó em seus discursos e o exercício de organização frente ao poder político consegue encontrar caminhos.

[...] não negociamos através de um contrato nossa pertença ao poder político; pertencemos a ele de um modo diferente da escolha, na medida em que também nos pertence enquanto membros que somos de uma coletividade. O que se pode negociar (mas isso sempre depois de já pertencermos a ela) são as formas de organização e as bases de exercício desse poder político que garante a vida em comum (BRUNO, 2009, p. 98).

Na intenção de melhor organizar o entendimento sobre o político, poder político e política trazemos ao debate as reflexões de Mouffe (2005) em seu trabalho “Por um Modelo Agonístico de Democracia”, onde a autora apresenta que qualquer ordem política é expressão de uma dada hegemonia e corresponde a um padrão específico de relações de poder. Assim, as práticas políticas não são simplesmente representantes de identidades pré-construídas, mas constituidoras dessas próprias identidades, que se formam e se estabelecem sempre dentro de um terreno marcado pela precariedade e vulnerabilidade.

Dentro desta perspectiva, “o político” refere-se à dimensão antagônica presente em todas as relações humanas, o qual pode aparecer de diferentes formas em diferentes tipos de relações sociais. Em contrapartida ao que tange “a política”, esta é entendida como o conjunto de práticas, discursos e instituições que visa estabelecer ordem, organizando as relações humanas que são sempre estabelecidas a partir de relações conflituais, porque são sempre afetadas pela dimensão do político. Desta forma, é apenas quando o político é reconhecido

³ Entendemos aqui, em seu sentido literal de concordância.

como dimensão do antagonismo⁴ presente nas relações humanas e a política entendida como forma de domesticar para tentar controlar as hostilidades produzidas por esses antagonismos, é que se atinge o ponto central para formulação de uma política democrática.

A política busca a criação da unidade em um contexto de conflitos e diversidade; está sempre ligada à criação de um “nós” em oposição a um “eles”. A novidade da política democrática não é a superação dessa oposição nós-eles – que é uma impossibilidade -, mas o caminho diferente em que ela é estabelecida. O ponto crucial é estabelecer essa discriminação nós-eles de um modo compatível com a democracia (MOUFFE, 2005, p. 20).

Mas, é entendendo o espaço social como um universo de extrema complexidade, que reconhecemos – apesar da organização que se estabelece em meio à relação desses poderes – as fissuras existentes e que possibilitam a construção de outros sentidos. A partir desta concepção, a Teoria do Discurso nos auxilia a compreender essa complexidade que o espaço social apresenta, inclusive, na falta de fixidez em relação ao político, onde as relações de poder presentes na sociedade com intenção de controlar o espaço, também são constituintes das próprias relações sociais.

Tais relações – evidentemente sempre instáveis, visto a constante possibilidade de serem revertidas, uma vez que um grupo político que hoje detém a força política hegemônica, não quer dizer que manterá para sempre – são precárias e contingentes. A vontade política é alcançada sempre por meio da força, da disputa, seja agônica⁵, seja antagonônica. Consensos sociais são possíveis, mas nunca eternos: podem futuramente ser desprezados e desrespeitados mesmo pelos próprios sujeitos políticos que outrora os celebraram (MENDONÇA, 2007, p. 250)

É a partir dessa incompletude de sentidos, que as formações discursivas se estabelecem e atribuem sentido ao campo da discursividade⁶. O discurso, categoria central da Teoria do Discurso é o resultado de práticas articulatórias⁷ que organizam as relações sociais. Essa organização estabelecida a partir de um discurso aglutinador origina uma relação

⁴ É uma relação negativa em que certa identidade tem sua existência negada por outra identidade no sentido absoluto do termo. Uma idéia que pressupõe a incapacidade da completude identitária, marcado por uma constante luta por posições e recursos de poder e de reconhecimento. Ao mesmo tempo em que, o discurso antagonônico nega a existência do outro, ele a constitui e da mesma forma que o antagonismo é a condição de impossibilidade de determinado discurso ele é a sua própria condição de possibilidade, porque no contexto da Teoria do Discurso, não há discurso político que se constitua senão negativamente num primeiro momento. Ver Daniel de Mendonça – Pensando (com Laclau) os limites da democracia.

⁵ O termo agônico deriva da palavra agonismo, que para Chantal Mouffe significa, dentro do pensamento central da política democrática, uma luta entre adversários, alguém com cujas ideias não se concorda, mas que o mesmo tem o direito de defendê-las e esse direito não deve ser questionado.

⁶ Terreno onde diferentes discursos se articulam, disputando sentidos para construção de uma nova hegemonia.

⁷ É o que constitui e organiza as relações sociais. Uma prática estabelecida entre elementos que, a partir de um ponto nodal, conseguem articular-se entre si, tornando-se momentos em uma dada articulação estabelecida, de forma que, no limite, esses elementos não deixam de continuar sendo elementos e que, contingencialmente, tornam-se momentos em uma determinada prática articulatória.

hegemônica. Para nosso campo de análise, um Estado Político onde não existem divergências em relação ao regime de poder não gera disputas hegemônicas porque não possibilita o surgimento de discursos contra-hegemônicos.

É nesse contexto de relações de poder e formações discursivas⁸ estabelecidas, a partir das disputas no espaço social, que as políticas públicas são formuladas pelo Estado através das pressões que emanam de grupos da sociedade, dos próprios legisladores e seus interesses, pois, “o desafio da análise das políticas públicas vai, portanto, muito além da compreensão dos resultados de decisões do Estado. [...] uma política é mais do que uma coleção de decisões e ações” (MULLER e SUREL, 2002, pp. 12-16).

Uma política pública apresenta-se como reguladora de conflitos entre seus interessados, tentando articular equivalencialmente, interesses individuais e coletivos, constituindo certa ordem. Mas também se mostrando a partir da mobilização de recursos, como elemento de participação política popular. Nesse sentido o tema em disputa consegue ser incorporado na agenda tornando-se um problema passivo de ser transformado em política pública. A introdução do problema na agenda política irá refletir sua priorização, por isso as agendas são um campo disputado pelos atores sociais. Assim, “[...] a identificação do problema e a construção da agenda envolvem valores e interesses, estão condicionados a elementos ideológicos e a projetos políticos e refletem as relações de poder entre os atores sociais envolvidos” (SERAFIM e DIAS, 2012, p. 123).

III. POLÍTICAS PÚBLICAS COMO ESPAÇO DISPUTADO POR DIFERENTES ATORES SOCIAIS

Uma política pública não surge a partir de sua introdução nas agendas políticas, mas há toda uma conjuntura que precede esse processo como, a constituição de articulações políticas, ações, disputa nas arenas políticas, muitos processos de negociações. Outro fator determinante é observar também o contexto social em que essas políticas públicas são formuladas, em qual estrutura social, econômica e forças políticas estão envolvidas. Toda essa

⁸ Noção básica da Análise do Discurso que permite compreender o processo de produção de sentidos e sua relação com a ideologia, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica, constituindo um sentido e não outro para aquilo que o sujeito diz.

conjuntura observada em sua complexidade requer uma análise que percorra do micro ao macro, do local ao nacional e ao global.

Pesquisas em políticas públicas apontam que a globalização, o neoliberalismo e o mercado internacional exercem grande influência na definição das políticas educacionais, a lógica homogeneizante que acompanha essas políticas busca adequar à sociedade as novas configurações de desenvolvimento do capital. “É nessa configuração que o Estado neoliberal se instala, como uma espécie de reforço ao capitalismo como modo de produção e de vida, aumentando as divisões sociais na medida em que incentiva a competitividade, instituindo o darwinismo social” (MAUÉS, 2003, p. 10).

É nesse contexto de globalização e neoliberalismo [...] que vai se dar uma intervenção mais direta dos organismos internacionais nos Estados-nação, dentre outras formas, por meio da educação, objetivando alinhá-los a essa nova ordem econômica, política e social. Os organismos internacionais passaram a determinar as metas que os países devem atingir, também em matéria de educação (Idem, 2003, p. 12).

Muitas vezes subjugamos a influência dos pressupostos neoliberais, bem como os processos de globalização na formulação de políticas públicas educacionais, mas o mercado internacional consegue exercer grande influência na implementação destas políticas. O objetivo destes organismos internacionais é reorganizar e descentralizar, focando na gestão, na equidade, no financiamento e no aperfeiçoamento. Entendemos então, que as políticas públicas das últimas décadas têm buscado responder ao chamado do mercado internacional, nesse sentido a educação toma um formato diferente das finalidades antes enunciadas e passa a representar outro discurso que se pretende hegemônico, articulando demandas do mercado, do capital, do neoliberalismo e da globalização enquanto suas principais referências.

Essa ênfase em referenciais mais globais que locais, entoam um sentido genérico, homogeneizante à educação. Entretanto, compreendemos que o global precisa de eco no local para a constituição de políticas. E nesse processo propositivo de políticas públicas para todos em todos os lugares, mesmo com as negociações locais, acabam transmitindo a ideia de que existe uma única política vinda de fora, ignorando as articulações locais, a qual enfatiza que todos são o mesmo em todos os tempos e lugares e, portanto, assim as mesmas metas podem ser trabalhadas de forma singular, dando a aparência de uma imposição simples e escondendo os processos de negociação, “embora o grau do jogo ou a liberdade de ‘interpretação’ varia de

política para política em relação aos aparatos do poder em que estão estabelecidos” (BALL, et al, 2016, p.14).

Ainda de acordo com BALL (2006), a maioria das pesquisas educacionais acaba deslocando as escolas e as salas de aula de seu ambiente físico-cultural, fazendo com que todas as realidades comecem a parecer e soar idênticas. Grande parte das políticas, em especial as educacionais, são pensadas para ambientes uniformes, homogêneos, para serem aplicadas em contextos e condições de trabalho adequadas e falham por não levar em consideração variações de recursos, desigualdades locais e culturais.

Mas através da análise das políticas públicas é possível perceber que apesar dos esforços de tais mecanismos internacionais, os diferentes atores envolvidos na tradução do campo prático de dadas políticas, realizam sua interpretação a partir de referenciais próprios, que muitas vezes conflitam com os interesses do sistema, construindo e reconstruindo outros sentidos a tais políticas. Desta forma, buscam através das fissuras deixadas por esses discursos hegemônicos constituir novas articulações discursivas que confrontem a estabelecida.

[...] os diferentes atores envolvidos interpretam essas políticas de acordo com suas próprias referências, em que contam interesses não raro conflitantes -, de grupos ou classes, das culturas institucionais em que estão inseridos, de cunho pessoal, de sorte que os sentidos imputados às políticas são construídos e reconstruídos um sem números de vezes no decorrer das ações, ainda que os contornos oficiais possam constituir balizadores importantes desses sentidos (BARRETO, 2008, p. 10).

Assim, de acordo com BALL (2006), compreendemos que uma política não deve ser realizada da mesma maneira em todos os lugares – porque isso faz parte da fantasia de globalização dos formuladores de políticas – e sim, entender que as condições, recursos, histórias e compromissos locais serão diferentes e que por isso a realização da política tende também a ser diferente. O autor chama nossa atenção para o fato de que as políticas em sua trajetória evoluem ou se modificam ao longo do tempo e espaço, assim como suas incoerências podem ter seus sentidos transformados, por isso o fator tempo é um elemento que deve ser considerado nos processos políticos e nas análises desses processos. “O estudo das políticas públicas deve partir do reconhecimento da diversidade das organizações estatais, da pluralidade dos grupos de interesses e das múltiplas formas de relacionamento entre esses sujeitos” (MAINARDES, 2009, p. 11). Mas é preciso preservar um olhar crítico-analítico em relação a tais políticas, em especial as educacionais, para que não tragam como pano de fundo

o fortalecimento de determinados grupos com interesses particularistas, o fortalecimento do setor privado ou sirvam como instrumento para acentuar ainda mais as fronteiras que dividem a sociedade.

Para tanto, é preciso que as pessoas tomem conhecimento de seus direitos e deveres individuais e coletivos, e o mais importante que se reconheçam enquanto sujeitos de direitos e tornem-se atuantes na sociedade, capazes de expressar que tipo educação desejam e influenciarem na formulação de políticas públicas. Pois ao articularem seus discursos na disputa do espaço social, engendram um contexto de influência enfatizando a importância da educação como possibilidade de emancipação social e política no fortalecimento das diferenças, dos valores e da cultura dos atores sociais. Diante desse contexto de influências – é que os discursos políticos são constituídos e as políticas públicas desenvolvidas, Mainardes afirma que:

É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado... É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. (MAINARDES, 2006, p.51).

Percebemos que a identificação do problema e sua inserção na agenda são de fundamental importância na definição das políticas, mas esses momentos não são suficientes para uma política pública tomar forma. O fato de o governo reconhecer um problema e introduzi-lo na agenda não garante que será transformado em política pública, pois é apenas no momento de formulação que uma política começa a se materializar.

IV. ESTADO: ESPAÇO INSTITUCIONAL PRIVILEGIADO DE PODER

Historicamente as relações entre Estado e Sociedade sempre apresentaram características muito complexas e a forma que esta instituição assume dentro do sistema capitalista acentua ainda mais a complexidade dessas relações. Pois a depender do contexto histórico a roupagem até muda, mas a essência de formação permanece, “embora as mudanças no Estado inegavelmente acomodem as novas exigências do capital, elas não alteram a essência do Estado. O que de fato muda é a *agenda* do Estado” (SERAFIM e DIAS, 2012, p. 123, grifo dos autores).

Isso faz do Estado não apenas um lugar privilegiado de poder, mas um campo de disputa por esse poder. Esse ambiente de constante disputa política deve ser compreendido como parte integrante da sociedade e por isso sensível aos conflitos que emanam dela. O domínio da hegemonia política e do ditame dos parâmetros de sociabilidade da sociedade transforma esse espaço institucional em um terreno disputado por diferentes forças sociais, mas que é organizado e estruturado como característica do Estado moderno (FERRAZ, 2013).

É preciso manter claro que analisar políticas públicas que circulam na sociedade é também analisar as concepções de Estado que emanam do cerne dessa sociedade e o projeto de sociabilidade que se pretende estabelecer. Analisar o Estado é também escolher a lente pela qual lançaremos um olhar reflexivo sobre essa instituição. Dessa forma, precisamos compreender as mudanças do Estado dentro do sistema capitalista moderno e as ideologias que permeiam os momentos históricos, influenciando as relações entre esta instituição e a sociedade.

Conforme Júnior (2012) o conceito de Estado em sua matriz mais tradicional - o liberalismo -, tem em John Locke um de seus principais fundadores. Constituindo a ideologia burguesa, o liberalismo soma-se ao pensamento filosófico do Iluminismo que ascende a classe social burguesa ao domínio econômico a partir do modo de produção capitalista. A matriz liberal entende a sociedade como formada por indivíduos de natureza pautada em agressão (estado de natureza) e apenas o contrato social fundado pelo próprio Estado seria capaz de estabelecer ordem e garantir direitos naturais fundamentais como vida e propriedade.

Além do direito à liberdade individual, Locke defenderia também a “propriedade privada” dos bens como direito daqueles que os geraram com o próprio esforço, nesse caso se referindo à pesada tributação sobre a produção camponesa e comércio de mercadorias, impostas pelo Estado Absolutista (JUNIOR, 2012, p. 301)

Séculos depois, defendendo o liberalismo clássico, Adam Smith confirma o pensamento liberal apoiando o livre mercado e se opondo a qualquer tipo de intervenção do Estado. Atribuindo a esta instituição responsabilidades que se limitavam à proteção do livre comércio, a liberdade individual e a propriedade privada. Apesar da existência de outras correntes ideológicas ao longo da história é preciso reconhecer a forte contribuição dos pensamentos de Adam Smith para o desenvolvimento do pensamento liberal o qual permanece até os dias atuais. (JUNIOR, 2012)

Trazendo a realidade educacional para o campo ideológico do liberalismo, percebemos a partir de FERRARO (2009) o que alguns expoentes dessa corrente pensavam e defendiam em relação à instrução popular. Enquanto Locke pensava diferentes escolas com diferentes instruções para burguesia e para os pobres, Mandeville se ocupava em combater escolas que se preocupassem em instruir filhos de pobres, pois um povo instruído poderia tornar-se insatisfeito. Despertar o apetite das massas seria perigoso e colocaria em risco as bases da jovem revolução burguesa na Inglaterra.

Assim percebemos o histórico medo de instruir a população, mesmo que em mínimas letras. Nesse sentido, conhecimento é sinônimo de poder e, portanto instrumento que necessita permanecer distanciado do povo. Embora esse pensamento já possua alguns séculos não pode ser subestimado, nem exterminado, pois permanece latente na contemporaneidade, “deixando sempre algo não articulado, vencido, silenciado, mais não exterminado, logo, ‘vivo’ no campo. Esse resto não articulado encontra-se pronto para ser reconduzido, reinterpretado, ressignificado e reativado em outro momento.” (CUNHA, 2013).

Surpreendentemente, para Smith, a educação do povo deveria ser ofertada pelo Estado contrariando seus princípios de liberdade natural e não-intervenção do Estado. “Então o que Smith já visionava eram as novas demandas de instrução que o processo econômico em curso colocava” (FERRARO, 2009, p. 316). Mas essa educação não seria plena e sim limitada a conhecimentos básicos de ler, escrever e contar. Já Condorcet, principal teórico da revolução republicana, entende a educação como pública, também dentro de um pensamento liberal, mas mantêm-se contrário a Mandeville e distante de Smith, pois acreditava que o povo precisa ser instruído com aquilo que precisa saber e ao Estado cabe oferecer esta instrução pública preservando a igualdade de direitos. Uma educação que seja nacional, universal e pública e que se constitua em dever do Estado ofertá-la como princípio de uma igualdade, de fato entre os cidadãos (Idem, 2009). Essas diferenças sobre o que deve ser ensinado a todos - “o povo”, indicam que não há um único liberalismo e nem a mesma forma deste se relacionar com a educação, ainda assim percebemos que há a busca por uma determinada fixação, a saber, o controle do que deve ser ensinado a “todos”, pelo Estado.

A crise econômica do capitalismo culmina na primeira grande guerra do início do século XX. Após esse período, o Estado capitalista assume novas roupagens tomando para si o controle dos ciclos econômicos, a garantia de empregos e o direcionamento de políticas ao

investimento público. De acordo com Vicente (2009), o Estado de bem-estar social apresentou-se como um projeto de renovação social e capacidade de expansão dos países capitalistas, após as tensões sociais, políticas e econômicas dos períodos pós-guerra. A expansão industrial, mesmo que de diferentes formas, pôde ser observado tanto em países capitalistas como em países socialistas, mas considerando que o Estado de bem-estar social não se desenvolveu da mesma forma em todos os países, as desigualdades começam a dar sinais de descontentamento, produzindo tensões sociais e movimentos articulados. Discursos de resistência, surgem em meio aos excluídos.

Também é importante lembrar que o contexto social, no qual a frágil base do *Welfare State* sustentava seus pilares, era o ambiente da guerra fria, de forma que a crise do petróleo da década de 1970 impulsionou o desmonte do Estado de bem-estar social.

Essas crises do petróleo, somadas à insatisfação das empresas privadas com o modelo de Estado vigente, isto em razão das altas cargas de impostos cobradas pelo Estado de bem-estar social, levaram à consolidação das críticas das correntes defensoras de outras concepções de Estado e de sociedade. A expansão do Estado de bem-estar social começou a ser ameaçada em um momento crítico, em que a carga tributária atingiu níveis alarmantes para a lucratividade e o desempenho do setor privado, o que também cooperou para intensificar a crise no final da década de 1970 e início dos anos 1980 (VICENTE, 2009, p. 125).

Mesmo durante o período em que predominou o Estado de bem-estar social, os adeptos do liberalismo continuavam organizados para manter vivas suas idéias e esperando o momento adequado para disseminá-las. E conforme destacavam os pensadores liberais, a regulação social e do mercado por parte do Estado, através de um modelo mais igualitário, ameaçavam a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da livre concorrência do mercado, fazendo com que a chegada da crise do modelo econômico do pós-guerra se tornasse o campo favorável para que as idéias neoliberais ganhassem terreno e força.

Entendemos que existe uma forma de organização característica do próprio neoliberalismo e que falha ao tentar resolver o problema da crise do capitalismo mundial, primeiro porque a resolução desse problema, de fato, não é interesse do neoliberalismo, uma vez que alimenta um sistema que depende de crises e relações desiguais para se sustentar e segundo porque o peso do Estado de bem-estar social não diminuiu muito, efetivamente. Diante desta realidade, o capitalismo, por meio de sua imensa capacidade em se resignificar tem atravessado suas crises ao longo da história e se propagado pelo mundo [...] “o projeto

neoliberal continua a demonstrar uma vitalidade impressionante. Seu dinamismo não está ainda esgotado” (ANDERSON, 1995, p. 17).

Mas é exatamente esse contexto de regras aparentemente claras para o capitalismo mundial, que proporciona o surgimento de novos discursos, com posicionamento contrário a hegemonia estabelecida, uma vez que o espaço social é um ambiente aberto às disputas e controvérsias e ao fortalecimento das relações sociais.

V. CONSIDERAÇÕES

Por meio de nossas reflexões, consideramos ao término deste trabalho, que as políticas públicas, principalmente as educacionais, vêm ao longo da história influenciando e atingindo o campo da educação, por vezes de formas muito questionáveis, principalmente quando intencionam transformar princípios em resultados e auto-interesse em estímulos, como se a educação fosse uma mercadoria subserviente ao mercado e aos processos de globalização.

As transformações desenvolvidas a partir dos processos de globalização exigem nova compreensão das identidades políticas que emergem a partir dos antagonismos sociais. Por enfatizarem de forma falsa a possibilidade de uma sociedade harmoniosa e sem conflitos, os pensadores liberais desprezam os particularismos e antagonismos existentes nas sociedades. Esse pensamento prejudica a concepção de democracia que reconhece as diferenças e antagonismos como constituidores das relações sociais na sociedade, e assim, acentuam as formas de exclusão.

Desta maneira compreendemos a partir de Laclau e Mouffe (2015) que aceitar o caráter contingente e radicalmente aberto dos valores sociais é condição primeira para o pensamento de uma sociedade radicalmente aberta, onde a cidadania é entendida como uma identidade política, que se vincula através do conjunto de valores ético-políticos, intencionando uma real possibilidade de vida democrática.

Quanto ao Brasil, nossa jovem democracia vem sofrendo vários ataques a sua frágil estrutura, mostrando o desafio político e social em efetivá-la nestas últimas décadas, o que nos faz refletir sobre o legado dos movimentos de luta pela democracia das décadas de 1970 e 1980, quando novos atores sociais - negros, gays, feministas, indígenas, trabalhadores rurais,

sem teto e sem terra, atingidos por barragens, ambientalistas, ativistas, entre outros -, se apresentavam no cenário político, trazendo suas demandas e lutando para que elas se formalizassem publicamente fazendo parte das agendas políticas. “A vitalidade do movimento social brasileiro, nas respectivas décadas, amplia a civilidade e a pluralidade de focos do processo político nacional” (FERRAZ, 2013, p. 43). Desta forma, movimentos sociais rurais e urbanos, lideranças trabalhistas e instituições sindicais precisam desenrolar as bandeiras de luta, visto que a batalha ainda está longe de ser vencida, renovando as vias de enfrentamento, formando politicamente a população, mantendo direitos já conquistados e lutando pelos ainda não conquistados, para solidificar as bases de constituição democrática através de um Estado de Direito que reconheça o povo como ator político e suas principais demandas como prioridade.

VI. REFERÊNCIAS

ANDERSOM, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n. 2, p. 10-32, jul./dez 2006.

_____. ; MAGUIRE, Meg; BRANN, Annette. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Perspectivas teóricas e metodológicas da pesquisa em política educacional na atualidade**. MEC/Anped: Brasília, 3 a 5 de setembro de 2008.

BRUNO, Lúcia E. N. B. “Poder político e sociedade: qual sujeito, qual objeto”? In Ferreira, E. B. e Oliveira, D. A. **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009 (p. 81-117).

CUNHA, Kátia S. A teoria do discurso como abordagem teórica e metodológica no campo das políticas públicas. **Estudos Políticos**, 2013/02, nº 7, pp 257 – 276

FERRARO, Alceu Ravanello. Liberalismo e educação. Ou por que o Brasil não podia ir além de Mandeville. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, nº 41, p. 308-323, maio/ago 2009.

FERRAZ, Marcos. Estado, Política e Sociabilidade. In Ângela Ricardo de Souza, Andréa Barbosa Gouveia, Taís Moura Tavares (organizadores). **Políticas Educacionais: conceitos e debates**. 2ª ed – Curitiba: Appris, 2013.

JUNIOR, Álvaro Ramalho. Liberalismo. In Carmem Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Antônio Eduardo de Noronha Amabile (organizadores); **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.

LACLAU, Ernesto (1935-2014); Mouffe, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. / Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral – São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015. (Coleção Contrassensos).

MAINARDES, Jefferson. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, Itajaí 2009, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan/abril 2009.

_____. **Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. *Educação e Sociedade*, Campinas, Vol. 27, nº 94, p. 47 -69, jan/abr. 2006.

MAUÉS, Olgaíses. Os organismos internacionais e as políticas públicas educacionais no Brasil. In Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (organizador). **Currículo e políticas públicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MENDONÇA, Daniel. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política Brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 43, n. 03, p. 249-258 set./dez. 2007.

MOUFFE, Chantal. Por um Modelo Agonístico de Democracia. **Revista de Sociologia e Políticas**, Curitiba 2005, nº 25, p. 11-23, Nov, 2005.

MULLER, P. e SUREL, Y. O que é uma política pública?, In Muller e Surel. **Análise das Políticas Públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

SERAFIM, Milena Pavan; Dias, Rafael de Brito. Análise de Política: uma revisão da literatura. **Cadernos de Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 121-134, jan/jun 2012.

STOPPINO, Mário. Poder. In Bobbio et al. **Dicionário de política**.; Trad. Carmen C, Varriale et al.; Coord. Trad. João Ferreira; Rev. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed. 1998.

VICENTE, Maximiliano Martim. **A crise do Estado de Bem-estar Social e a globalização**. São Paulo: Editora UNESPE; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org>.